



4 | Comissão de Combate às Desigualdades



Sumário

1. RESUMO EXECUTIVO	50
2. PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS:	52
3. A COMISSÃO DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES NO CONTEXTO DOS PILARES DE UM PROJETO DE NAÇÃO	55
4. GOVERNANÇA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES EM 2026	57
5. ENTREGAS ESTRUTURANTES E AGENDAS CONSOLIDADAS DA COMISSÃO COMBATE ÀS DESIGUALDADES	60
6. CONEXÃO COM OS TEMAS PRIORITÁRIOS DA CCD	61
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
FICHA TÉCNICA	63



1. Resumo Executivo

1.1. A ESTRUTURAÇÃO DAS DESIGUALDADES NO BRASIL

A sociedade brasileira foi estruturada em torno de ações e escolhas políticas que ampliaram desigualdades e promoveram um apartamento da cidadania completa e universal, com igualdade de oportunidades, acesso a direitos e escolhas a todas as pessoas: quem abre, limpa e faz a cidade acontecer raramente vive a cidade na plenitude da cidadania, ocupando boa parte da vida para sobreviver a partir de um processo permanente de resistência e luta pelo básico.

As oportunidades e direito a acessar cidadania vão diminuindo de acordo com a raça, com o gênero, orientação sexual, condição física e financeira.

Nesse sentido, o objetivo prioritário da Comissão de Combate às Desigualdades - CCD neste semestre foi discutir sobre ações permitam que todas as pessoas brasileiras alcancem a cidadania plena e a capacidade de cumprir com os deveres para impulsionar desenvolvimento econômico, social e sustentável.

Para avançar em seus objetivos a CCD adotou em suas reuniões uma abordagem de escuta qualitativa, antirracista, inclusiva e plural, tendo como procedimento metodológico, para além das reuniões regimentais, a realização de reuniões sistemáticas, presenciais e on-line, para a construção de propostas de ação: três semanas articulando parceiros, agentes públicos, Conselheiros e Conselheiras, movimentos sociais e academia para debates temáticos organizados para transbordamento de ideias; e duas semanas para envelopamento do "produto" resultante para apresentação interna da CCD. Assim, a cada dois meses há um produto finalizado a ser incluído na produção semestral com intenções de impacto imediato na base.

No processo de construção do primeiro semestre de 2026, a Comissão de Combate às Desigualdades centrou seu planejamento em quatro eixos: raça, gênero, território e transição demográfica traduzidos no seguinte Plano de Trabalho:

A lógica que orientou o Plano de Trabalho foi a de que o direito a humanidade, as oportunidades e a existência não pode ficar circunscritos ao privilégio de ter nascido com "a cor certa", morar no CEP validado e se situar na categoria literal do "sujeito universal": ser uma pessoa não branca impacta oportunidades, o CEP restringe direito ao emprego e a direitos fundamentais e de prospectar futuro, não ser homem limita acesso aos espaços de poder e decisão e envelhecimento sem proteção social limita/determina o quanto de cidadania e dignidade poderá ser acessado.

Ressalte-se esse relatório tem cor, tem a dor da exclusão em função de fatores que não são controláveis e que se transforma em combustível para a resistência e esperança de que o inédito viável é possível.



1.2. APRESENTAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CCD

A Comissão de Combate às Desigualdades é formada majoritariamente por ativistas, lideranças de movimentos sociais e comunitárias, docentes da educação básica e do ensino superior, pesquisadoras, institutos de combate às desigualdades em seus múltiplos formatos, movimentos negros, LGBTQIA+ e outras pessoas que vivenciam, para além dos conceitos, o alcance das desigualdades no cotidiano. São 93 integrantes, com diferentes graus de incidência e participação sistemática nos debates e encaminhamentos. A Coordenação é composta por 20 conselheiras e conselheiros, em sua maioria pesquisadoras e lideranças comunitárias e sociais.

O grupo busca potencializar pautas que gerem encaminhamentos e ajustes em pontos prioritários, para oxigenar, ajustar e ampliar os efeitos das ações e políticas públicas.

Informação de qualidade, crédito, condições de permanência no seu processo formal educativo, resgate da memória, história e cultura negra como estratégia para o combate a invisibilidade das infâncias negras, a transformação digital e seus impactos no mundo do trabalho, educação, empregabilidade e empreendedorismo foram temas de destaque ao longo de todo o primeiro semestre de 2026, sobretudo no âmbito do Grupo de Trabalho Potências Negras.



2. Propostas e Encaminhamentos

Em seu propósito central de acompanhar, avaliar e contribuir na melhoria de políticas públicas e na organização de pesquisas, debates e outras ações, a CCD se organizou em torno dos seguintes pontos e propostas:

I. Território como ponto estratégico para desenvolvimento econômico social e sustentável

O não reconhecimento do potencial econômico e cultural da periferia e a falta de escuta das pessoas que criam estratégias de resistência e sobrevivência nos territórios: a criação de propostas apartadas da realidade e criação de políticas de gabinete refletem o olhar sobre o mundo de quem não vive os fenômenos da exclusão; não contribui para diminuir desigualdades históricas: o que parece lógico para quem vive em territórios do burgo não é a realidade das margens. É preciso promover a ocupação dos espaços por empresas, serviços, serviços médicos, escolas e universidades para que as pessoas se fixem e não se envergonhem de seu CEP.

Propostas e encaminhamentos:

- Criação de programa federal dedicado ao desenvolvimento econômico em periferias urbanas de alta vulnerabilidade racial;
- Linha de crédito imobiliário comercial para empreendedores negros em periferias e centros urbanos degradados, conectando a pauta habitacional à de comércio e serviços; e
- Compras públicas com reserva territorial, estabelecendo percentual mínimo de contratos da União com fornecedores localizados em CEPs de alta vulnerabilidade racial, aplicando lógica análoga à da Lei Complementar nº 123/2006 para microempresas.

II. Interseccionalidade como pressuposto de política pública para inclusão e reparação

A necessidade da inclusão do conceito de interseccionalidade balizando as propostas de políticas públicas: a política pública e as iniciativas para viver e usufruir das cidades alcançam de forma diferente quem vive no centro e quem vive nas margens.

Os impactos das ausências são muito mais sentidos onde a miopia do poder público não enxerga as assimetrias em função do desconhecimento.

Propostas e encaminhamentos

- Digitalização do Glossário às avessas pelo Instituto Nós por Elas, Parceiro da Plataforma Tiktok;
- Manual de Boas Práticas de inclusão em Tecnologia;
- Glossário às Avessas para concessão do Selo UNICEF.

Ministérios envolvidos: Ministério dos Direitos Humanos, Ministério da Igualdade Racial e Ministério da Ciências e Tecnologia

III. Transição demográfica

O envelhecimento sem proteção social rouba dignidade das vivências periféricas: é mais difícil conseguir atendimento médico de acordo com o território e é necessário intensificar proteção para as pessoas 55+: a falta de propostas para enfrentamento da transição demográfica começa a se estruturar em uma nova forma de desigualdade com o despreparo das cidades em conviver com o envelhecimento de sua população.

Para as pessoas que envelhecem sem proteção social as ausências se intensificam, a precariedade da existência se amplia e a exclusão rouba a dignidade. Esse debate ainda está no início e está circunscrito ao Grupo de Trabalho Potências Negras, a Diretoria de ASG do Banco do Brasil e o Instituto Future In Black, que se reúnem periodicamente para além as reuniões regimentais, em metodologia própria, para contribuir na ampliação de temas essenciais ao combate às desigualdades. Esse Grupo atua também na inclusão de pessoas negras, trans e mulheres no ecossistema tecnológico por meio da produção de estudos de viabilidade para concessão de bolsas de estudos para preenchimento de cargos em todas as esferas do ecossistema e pode ser uma estratégia eficaz também para combater a exclusão promovida pelo etarismo.

Propostas e encaminhamentos

- Criação de uma estrutura administrativa para articular políticas preditivas e planejar a adequação da transição do país do futuro para o país da maioria da população 55+ com acessibilidade, empregabilidade e proteção social: a transição de carreira é pensada para classe média e classe média alta. O que fazer com a base da pirâmide que está vivendo mais e teve uma inconstância em seu processo de (sobre) vivência econômica?
- Reconhecimento do tempo no cuidado familiar como tempo para a aposentadoria para trabalhadoras domésticas com histórico comprovado de informalidade, via procedimento simplificado pelo INSS, e o reconhecimento do tempo dedicado ao cuidado familiar não remunerado, com limite temporal definido, como tempo de contribuição;
- Financiamento para instituições de longa permanência para idosos em territórios periféricos, possibilitando que as mulheres, quase sempre responsáveis pelos cuidados de crianças e idosos e chefes de família, possam exercer atividade produtiva além de cuidar dos mais velhos;
- Articulação com fundos de pensão e seguradoras para criação de produtos previdenciários acessíveis a trabalhadores informais, com contribuição flexível;
- Articular Política nacional e transversal de indicadores juntando IBGE, Cadastro Único, RAIS, DataSUS, INEP, Receita Federal em um sistema unificado de indicadores raciais que poderia gerar: obrigação legal de publicação de indicadores raciais em todas as políticas federais, nos moldes do Orçamento Cidadão. Painel público de monitoramento, com dados atualizados anualmente e acessíveis ao controle social, permitindo que estados e municípios contribuam e consumam dados.

Conselheiros e Conselheiras diretamente envolvidos: Ana Fontes, Monica Veloso, Nina da Hora, Jeovani Salomão, Viviana Santiago, Camila Moradia, Handemba Mutana Poli dos Santos, Elaine Nascimento, Fayda Belo, Adriana Marcolino, Pedro Rossi.

Ministérios envolvidos: SRI/Ministério das Mulheres – MM /Ministério dos Direitos Humanos – MDH/Ministério da Igualdade Racial – MIR.

Parceiros: Banco do Brasil, SINDSEI, Rede Mulher Empreendedora – RME e Força Sindical, Sistema S, UBER, 99, Tiktok e AMOBITEC e Future in Black.

IV. O combate à violência doméstica e de gênero como essencial para debelar desigualdades

A violência contra mulheres precisa ser combatida com prevenção que se organiza em torno de educação, se fortalece com geração de renda e autonomia financeira feminina, se desconstrói a partir do entendimento de que antes do gênero vem o direito à humanidade.

Propostas e encaminhamentos

- Seminário de Combate ao Feminicídio e a violência doméstica, APPs de transporte contra o feminicídio, economia solidária e de cuidados: quando o Estado é rede de apoio de fato;
- Memorando de Entendimento para indução de mulheridades negras, indígenas e trans da economia solidária, do nanoempreendedorismo e vítimas de violência doméstica e de gênero no comércio exterior por meio de formação e estímulo para apresentação de sua produção em feiras internacionais;
- Indução para criação de redes de cooperativismo, na economia solidária e empreendedorismo como estratégia para geração de renda;
- Crédito especial para mulheres negras e vítimas de violência doméstica, do tipo minha casa minha vida especial para elas: dados estatísticos comprovam que mulheres negras levam 178 anos para adquirir um imóvel: normalmente a renda da mulher negra, mesmo aquela que alcança um patamar diferenciado salarial, é compartilhado com seu núcleo familiar.

V. Iniciativa Especial: Arco da Dignidade da População Negra

Em reunião realizada em maio de 2026 o Banco do Brasil, parceiro nas ações e propostas do Arco da Dignidade da População Negra, propôs que o Arco fosse incorporado ao Pacto da Igualdade Racial, do qual a Secretaria de Relações Institucionais é signatária juntamente com o Ministério da Igualdade Racial – MIR. Vale ratificar que essa proposta já vinha criando corpo na gestão anterior do MIR, mas, em função do volume de trabalho da comissão e da necessidade de centrar esforços na proposição do combate ao feminicídio ocupou um espaço significativo do semestre.

4. Comissão de Combate às Desigualdades

No âmbito desta CCD acredita-se ser necessário retomar o conceito contido na Proposta do Arco: O Arco da Cidadania e Direitos do Povo Negro é uma resposta da Comissão de Combate às Desigualdades a invisibilidade produzida pela vulnerabilidade. O CDESS tem favorecido as iniciativas e canais de diálogo que coloquem a pauta racial em lugar de destaque na agenda social e política brasileira, com destaque para cidadanias e identidades legítimas não alcançadas pelas políticas públicas em função da invisibilidade que a vulnerabilidade agrega as vivências.

As ações, projetos e reuniões desenvolvidos no âmbito da Comissão de Combate às Desigualdades produziram propostas e mapearam boas práticas que podem incidir na ampliação desses canais de comunicação e favorecer mudanças de perspectivas sociais pelo empoderamento da população que nem se reconhece como cidadã pela falta de acesso a direitos ratificadores da condição.

Na primeira metade da incidência do Arco ele se concentra em três pontos: formação de lideranças negras para ocupar espaços no setor público e privado; combate ao genocídio da juventude negra por meio do reconhecimento do potencial cultural e econômico dos territórios periféricos (economia criativa); e transição de "carreira" para pessoas não brancas e não incluídas na lógica do sujeito universal na cadeia produtiva com sustentabilidade e novos formatos para proteção social.

Nesta perspectiva, Arco da Dignidade, Direitos e Cidadania do Povo Negro apresenta uma proposta de reparação estruturada sobre emprego decente, inclusão pela tecnologia e educação com reconhecimento da importância dos griots.

Propostas e encaminhamentos

- Articulação e cisão do Arco da Dignidade com o Pacto Pela Igualdade Racial;
- Criação de Planos de Trabalho para dar sequência às propostas e iniciar sua materialidade;
- Articular Pacto para Igualdade Racial, Arco da Dignidade e Pilares de Projeto de País.

Conselheiros e Conselheiras: Ana Fontes, Monica Veloso, Nina da Hora, Jeovani Salomão, Viviana Santiago, Camila Moradia, Handemba Mutana Polidossantos, Elaine Nascimento e Douglas Belchior, Fayda Belo, Adriana Marcolino.

Ministérios envolvidos: SRI/MM/Ministério dos Direitos Humanos/MIR (vale ratificar que de cada 10 mulheres que perdem a vida em função do gênero 7 são negras, pobres, periféricas, mães, chefes de família e sem renda fixa), Ministério das Mulheres, IBICT/MCTI e APEX.

Parceiros: Banco do Brasil, SINDSEI, RME, Força Sindical, Sistema S, Tiktok, Instituto Future in Black, Instituto de Referência Negra Peregum.

3. A Comissão de Combate às Desigualdades no contexto dos Pilares de um Projeto de Nação

“Todo dia eu renovo a fé em Deus e no povo brasileiro. Na força de quem se levanta cedo, enfrenta dificuldades, cultiva esperança e nunca desiste de seus sonhos. Você que cuida, que ensina, que pega ônibus cheio, que planta, colhe, cozinha e constrói tenha uma certeza: O Governo do Brasil está ao seu lado.”

**Luís Inácio Lula da Silva,
Presidente do Brasil**

Publicação oficial em 30/04/2026

O objetivo da CCD apresenta a aderência ao Pilares de Projeto de Nação: pautar desenvolvimento econômico com sustentabilidade, igualdade de oportunidade e distribuição equitativa dos espaços de poder e decisão resulta em uma sociedade em que as desigualdades se ampliam na medida da produção da riqueza para poucos que mantém a miséria de muitos. Logo, combater as desigualdades nas vivências é condição básica para desenvolvimento social e sustentável.

Os treze pontos em que se desdobram os Pilares articulados aos eixos que a CCD tem se dedicado ao longo do último ano reafirmam a liderança do Brasil em projetos geopolíticos e soberanos com combinação de justiça social e racial, ocupação planejada em territórios periféricos para promoção de desenvolvimento econômico sustentável e com escuta e respeito as vivências e culturas locais e inclusão de fato e próspera das maiorias excluídas das vivências plenas em cidadania.

O desenho que se avizinha na organização e planejamento de políticas preditivas e da nova indústria Brasil, combinadas com uma educação universal, laica e gratuita, articulam trabalho digno e proteção social, justiça tributária que produz justiça racial, ciência e tecnologia com propósito também de criar estratégias para não exclusão dos idosos de processos de vivências cidadãs, plenas e com qualidade de vida, inclusão de fato de mulheridades em toda sua pluralidade nos planejamentos e propostas para desenvolvimento e pertencimento nas cidades, acessibilidade, mobili-

dade urbana e direito a usufruir da cidade com lazer nas praças, parques e outros espaços urbanos.

No primeiro semestre de 2026, a CCD implementou um plano de trabalho estratégico com o objetivo primordial de combater o feminicídio e a misoginia. As ações foram direcionadas à promoção da autonomia econômica e empregabilidade de mulheres em situação de violência doméstica e vulnerabilidade, por meio de iniciativas abrangentes que englobaram o combate direto ao feminicídio, a promoção da dignidade e a busca pela igualdade. Este esforço colaborativo com parceiros estratégicos visou consolidar um impacto significativo na redução das desigualdades.

As atividades desenvolvidas incluíram:

- i)** parcerias com o SENAC-DF para a Casa da Mulher Brasileira e centros de referência do DF, oferecendo cursos de formação e desenvolvimento profissional;
- ii)** desenvolvimento do projeto: “Jornada da autonomia econômica na Casa da Mulher Brasileira: Guia prático para administração da casa.”. Uma parceria entre a Secretaria de Relações Institucionais, Ministério das Mulheres, Ministério do Trabalho e Emprego, ONU mulheres, Rede Mulheres Empreendedoras, SEBRAE Nacional e SENAC-DF.
- iii)** o lançamento do projeto “Empresariado pela vida das Mulheres”;
- iv)** lançamento da campanha 180 em apps de transporte e mobilidade;
- v)** a digitalização do “Glossário às avessas” em formato de “pílulas” de conteúdo pelo TikTok, com um modelo piloto de 20 palavras e meta de 1 milhão de visualizações por vídeo, financiado pelo Instituto Nós Por Elas;
- vi)** a realização da valorização de empreendedoras negras na Feira de Hannover, com a colaboração da Comissão de Assuntos Econômicos, do consórcio Enterprise Europe Network, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - APEX e do TikTok; e

4. Comissão de Combate às Desigualdades

vii) parceria com a UNICEF para a criação do selo, com o "Manual de Boas Práticas" previsto para o próximo semestre.

No segundo semestre a Comissão retornará com a pauta racial, como o Fundo Privado de Formação de Programadores Negros, o "Portfólio de Investimento", e o impulsionamento da PEC 27.

O encerramento das atividades do semestre será marcado pelo seminário de combate ao feminicídio em Teresina/PI, consolidando o compromisso da CCD com a pauta do combate à violência doméstica e ao feminicídio como parte essencial da criação de um sistema de proteção e cuidado com a vida de meninas e mulheres.

Iniciamos essa seção com uma epígrafe criada a partir de um discurso do Presidente Lula aos Trabalhadores e Trabalhadoras com intenção de esperaná-los na criação do inédito viável: tivemos um trabalho hercúleo nos últimos três anos. Recuperar direitos sequestrados, recuperar a confiança e respeito internacional, defender a soberania e o lugar de destaque do Brasil no cenário internacional, sair do mapa da fome pela segunda vez, diminuir as assimetrias que separam o Brasil da prosperidade, da segurança e da fartura do Brasil em que as políticas públicas precisam ser reforçadas, ajustadas e ampliadas para garantir o direito as oportunidades. Há muito ainda a ser feito, mas, já recuperamos um ponto essencial: a certeza de que desigualdades são combatidas e direitos são estendidos quando há vontade política de um Brasil em que todos as pessoas tenham lugar, vez e voz. E, isso nós temos!

4. Governança e Dinâmica de Funcionamento da Comissão de Combate às Desigualdades em 2026

As pautas prioritárias do primeiro semestre de 2026 foram: i) Interseccionalidade como fator de ampliação do alcance das políticas públicas; ii) Glossário às Agressões no enfrentamento ao racismo linguístico; e iii) Transição demográfica: menos nascimentos e maior longevidade.

Debate sobre a política de cuidados e as novas frentes de trabalho geradas pela economia do cuidado e da longevidade, considerando impactos nas organizações sociais, no desenvolvimento econômico sustentável e na autonomia econômica das mulheres.

Uma síntese da última reunião temática do semestre contribui para deixar nítido o fator interseccional que tem dado o tom nos debates e encaminhamentos da CCD: A pauta foi "Economia de Cuidados e Economia Solidária" (com participação majoritariamente feminina), a qual sinalizou os seguintes encaminhamentos:

- Mapeamento e integração: Prospectar políticas já existentes nas diferentes instituições e órgãos do governo federal para integrar bases de dados e indicadores sobre economia de cuidados.
- Orçamento e incentivos: Organizar planejamento reverso para induzir destinação orçamentária e criar lei de incentivo fiscal para cozinhas solidárias. Ajustar condicionalidades para ampliar a adesão de mulheres, especialmente mulheres negras.
- Jornada de trabalho: Atentar para que o fim da escala 6x1 não amplie a jornada diária nem reduza salários. Sem essas condicionalidades, os efeitos para a vida das mulheres podem ser perversos em vez de benéficos.
- Espaço público e cultura: Praças, parques e outros espaços públicos, sobretudo nas periferias, precisam ser organizados como espaços de lazer e cuidado com a saúde mental. As propostas culturais devem considerar a vocação e a produção de cada território. Lideranças do hip-hop, slams, forró e rap são referências centrais nessa construção.

As reuniões do Grupo de Coordenação se desdobraram em debates liderados por Conselheiros e Conselheiras especialistas e com aderência ao tema:

i. Ana Fontes debateu o empreendedorismo como estratégia para promoção da autonomia financeira e provocou o grupo a criar espaços de proteção social e econômica que contribuam para desmistificar a ideia recorrente de que empreender é precarizar trabalho;

ii. Elaine Nascimento fez uma apresentação que destacou as assimetrias provocadas pela interseccionalidade e como elas impactam de maneira ainda mais perversa a vida das mulheres e todas as suas pluralidades. O principal encaminhamento deste encontro se organiza em torno da concertação da necessidade de as ações de combate às desigualdades se estruturarem considerando os impactos do conceito;

iii. Alcielle dos Santos trouxe a importância do entendimento da Economia de Cuidados e Economia Solidária no fortalecimento de um projeto de nação em que as oportunidades sejam estendidas. A vida das meninas e mulheres protegida, cuidada e valorizada e que o direito a dignidade não seja mais uma sobrecarga destinada somente às mulheres;

iv. O Grupo Potências Negras (acrescido das Conselheiras Fayda Belo, Nina da Hora, Handemba, Jeovani Salomão e Elaine Nascimento) desenvolveu, em parceria com o Conselho da Federação, um Seminário a ser realizado ainda em junho de 2026 que tem a intenção de ser um desdobramento ao I Seminário de Combate ao Femicídio a ser realizado no Piauí.

Paralela e conjuntamente a esses temas elencados como prioritários, a CCD continuou a articulação em torno da aproximação das ações propostas pelo Arco da Dignidade da População Negra e a Proposta de Emenda à Constituição nº 27/2024, principalmente sobre: o fortalecimento de lideranças negras em espaços públicos e privados como parte de um projeto de inclusão de fato; a necessidade

4. Comissão de Combate às Desigualdades

de reforçar memória, história e referências para as infâncias negras; o impacto da linguagem racista na formação da autoestima das infâncias negras; o combate ao genocídio a juventude negra a partir do entendimento e estímulo às produções culturais que dialogam diretamente com essas juventudes; e a utilização da tecnologia e as oportunidades de empregabilidade no setor por meio da criação de fontes de financiamento para que as pessoas negras não precisem abandonar os estudos para acesso a essas oportunidades para sobreviver e o envelhecimento das pessoas negras, sobretudo aquelas que passaram grande parte da vida na informalidade, sem proteção social. Para esses debates além dos Conselheiros da CCD temos contado com parceiros no governo do MDHC, MIR, MINC, APEX e MDIC.

Importante destacar que a sociedade civil tem se feito representar para além das instituições e agentes da sociedade civil presentes como Conselheiros e Conselheiras: associações de tecnologia, institutos, ativistas e outras secretarias e agentes dentro do governo federal. Podemos destacar entre essas pessoas e agentes:

i. O Sistema S por meio do SEBRAE – Nacional e do SENAC/ Distrito Federal e Piauí para desenho de uma proposta da organização do Guia da Jornada da Casa da Mulher Brasileira;

ii. Movimento Negro Unificado - O MNU, por meio de sua coordenação tem mobilizado agentes e instituições pela justiça racial e o Conselho tem colocado em pauta destacada a justiça racial, contribuindo para avanços de programas e ações importantes, como por exemplo, o envelhecimento da população negra sem proteção social.

iii. SINDESEI na articulação, proposição e organização de ações e propostas para inclusão racial, de gênero e territorial por meio das oportunidades de emprego no ecossistema tecnológico e no combate à violência contra meninas e mulheres por meio da criação de soluções tecnológicas simples;

iv. Future in Black – no fortalecimento de ações para fortalecimento de lideranças negras e ocupação de espaços estratégicos para promover justiça racial que promover justiça social e desenvolvimento social e econômico;

v. UNICEF – para promoção e acesso a direitos, pertencimento e visibilidade das infâncias negras por meio da inclusão do Glossário às Aversas no "enxoval" necessário para concessão do Selo UNICEF;

vi. Associação Brasil- Coréia: promoção de ações de combate à violência doméstica e de gênero por meio dos esportes e proposição de ações da potencialização da economia solidária e do empreendedorismo social como estratégia de autonomia financeira de mulheres;


vii. Instituto Nós por ELas/Tiktok: digitalização do Glossário às Aversas e desenvolvimento de empreendedoras negras da economia criativa e social para o comércio exterior com formação para os desafios que circundam a evolução nestes aspectos e impulsionamento em grandes feiras da economia mundial;

viii. APEX e IBICT no desenvolvimento da plataforma formativa para o Potências Negras Global que formará nanoempreendedoras majoritariamente negras e periféricas para o comércio exterior;

ix. RME A RME Rede Mulher Empreendedora atua há 16 anos com foco em geração de renda pra mulheres através do empreendedorismo e empregabilidade A metodologia foca em educação, mentoria, conexão e acesso a recursos financeiros como ferramentas de combate à violência contra mulheres promovendo a autonomia econômico-financeira;

x. O Banco do Brasil - parceiro estratégico e fundamental na organização, apoiando a viabilização e execução de ações de combate ao racismo em suas diversas manifestações, sendo signatário de Carta de Compromisso por meio da qual adere ao Pacto pela Igualdade Racial;

xi. Pacto Global da ONU – Participação ativa no Comitê Raça e indução de ações que fortaleçam combate ao racismo em todas as suas manifestações e formação de lideranças negras nas empresas públicas e privadas. Atualmente a CCD está contribuindo na proposição e organização de ações para potencializar a estruturação da ODS – 18 em articulação com as propostas do Arco da Dignidade da População Negra.



5. Entregas estruturantes e agendas consolidadas da Comissão Combate às Desigualdades

I. Articulação das Entregas da CCD – 2026.1 com os Temas Prioritários e os Pilares de Projeto de Nação

No primeiro semestre de 2026, a Comissão de Combate às Desigualdades estruturou suas entregas a partir da interseccionalidade entre raça, gênero, território e classe. As três principais ações do período — Manual de Boas Práticas em Tecnologia, Digitalização do Glossário às Agressões pelo TikTok e Programa de Combate e Prevenção à Violência Doméstica e ao Feminicídio — traduzem, na prática, os temas prioritários da Comissão e dialogam diretamente com os Pilares de Projeto de Nação.

II. Manual de Boas Práticas em Tecnologia

Documento construído em parceria com desenvolvedores, pesquisadoras e movimentos periféricos. Estabelece diretrizes para combater o racismo algorítmico, garantir acessibilidade digital e promover inclusão produtiva de mulheres negras e pessoas 40+ no setor de tecnologia. O manual propõe auditorias de vieses, contratação afirmativa em TI e uso de tecnologia social para gerar renda em territórios periféricos.^{1,2} Digitalização do Glossário às Agressões pelo TikTok

III. Transformação do Glossário em série audiovisual de 60 segundos

Com linguagem popular e protagonismo de jovens de favelas e quilombos. A ação enfrenta o racismo linguístico, ocupa plataformas digitais com narrativas antirracistas e forma multiplicadores em letramento racial.

IV. Contribuições ao Seminário de Prevenção à Violência Doméstica e ao Feminicídio

Articulou movimentos sociais, coletivos de hip-hop e demais agentes presentes nos espaços periféricos para criar redes locais de proteção. Implementou protocolo de escuta segura em equipamentos públicos com o fortalecimento dos cronogramas da liberdade, formação de agentes comunitárias de justiça e mapa colaborativo de serviços. A abordagem conecta segurança pública, autonomia econômica e cuidado como política estruturante.

V. Campanha “ligue 180” - parceria com aplicativos de transporte e mobilidade

Em resposta ao chamado do Presidente feito na última plenária de 2025 do Conselho, o início do ano foi marcado com uma forte aproximação junto ao Ministério das Mulheres, principalmente com a coordenação do 180. Em janeiro, a coordenação do canal informou a possibilidade de atender uma demanda maior que a atual, logo a Comissão se prontificou em elaborar a estratégia de comunicação e difusão do canal de atendimento 180, junto à Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência do Ministério das Mulheres. Para tal feito, mobilizaram-se as plataformas de transporte como Uber, 99, Ifood e Lalamove, através da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec). A parceria concretizou-se através de um Acordo de Cooperação Técnica entre a Amobitec, representante das plataformas, e o Ministério das Mulheres. O acordo, previsto e cumprido, teve como objetivo divulgar a campanha “ligue 180” e o Pacto Brasil entre os Três Poderes para Enfrentamento do Feminicídio durante o mês de março em suas plataformas.

Além da divulgação, pretendia-se analisar o impacto da ação durante o mês de março de 2026 em comparativo com os outros anos, tanto em números absolutos quanto por regiões, com a finalidade de avaliar sua eficácia para subsidiar futuros programas e políticas. Notou-se um aumento nos atendimentos pelo WhatsApp de 113,44% em relação a março de 2025, 2.395 atendimentos pelo canal em 2025 e 5.112 em 2026. Um aumento das ligações atendidas 20,14%, 76.890 atendimentos pelo canal em 2025 e 92.377 em 2026. Por fim, também se registrou um aumento de 24,59% das denúncias, 13.394 registros em 2025 e 16.687 em 2026 (dados da coordenação do 180).



6. Conexão com os Temas Prioritários da CCD

6.1. MANUAL DE BOAS PRÁTICAS

Propõe o reposicionamento de agentes que trabalham com tecnologia na disputa tecnológica a partir da diversidade. Não há soberania digital sem enfrentar racismo algorítmico e sem incluir a população negra e periférica como produtora de tecnologia, não apenas usuária.

6.2. DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS COMO BASE ESTRUTURANTE

A digitalização do Glossário ocupa o debate público e afirma que linguagem é território de disputa política. Combater o racismo linguístico é garantir direito à memória, à história e à dignidade. É democracia substantiva.

6.3. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E DISTRIBUTIVO

O Programa de Combate à Violência Doméstica ancora a economia do cuidado como setor estratégico. Cozinhas solidárias, agentes de cuidado e redes de proteção geram trabalho, renda e proteção social nos territórios, respondendo à transição demográfica. Cuidar é infraestrutura: sem cuidado, não há desenvolvimento.

6.4. ESTADO ATIVO E ARTICULADOR DE TERRITÓRIOS

As três entregas exigem integração de bases de dados, orçamento induzido e leis de incentivo fiscal. Apontam para um Estado que planeja a partir das periferias, reconhece o cuidado como política pública e usa a cultura hip-hop, slam e forró como tecnologia social de mobilização.

6.5. SÍNTESE: DO DIAGNÓSTICO À ENTREGA

Em 2026.1, a CCD operou sob a premissa de que não existe Projeto de Nação sem enfrentar a transição demográfica com proteção social, sem economia do cuidado e sem periferia no centro do orçamento.

O racismo estrutura a falta de acesso à tecnologia e à justiça. A desigualdade de gênero sustenta a violência e a sobrecarga do cuidado não remunerado. A ausência do Estado nos territórios aprofunda a vulnerabilidade diante da longevidade e da automação do trabalho. Por isso, as entregas da CCD não são ações isoladas: são protótipos de país. Um país onde código é auditado por viés racial, onde TikTok é ferramenta de letramento antirracista, e onde cozinhas solidárias são reconhecidas como equipamento público de prevenção ao feminicídio e de geração de renda.

Quem abre e limpa as cidades precisa também programar seus algoritmos, narrar suas histórias e decidir seu orçamento. Esse é o Projeto de Nação que a CCD ajudou a pavimentar em 2026



7 Considerações Finais:

■ Contribuição da Comissão de Combate às Desigualdades Para a Fase de Implementação dos Pilares de um Projeto de Nação

O combate às desigualdades demanda um “como”, “de que maneira”, “por quais meios” e “quando” o racismo e o sexismo serão severamente confrontados por ações que mantenham plantados os nossos pés e os pés das nossas pessoas vivas; todos os pés de toda gente viva do planeta plantados sobre um solo comum. Nós não mais empenharemos nossos esforços e a nossa inteligência para levantar novos dados violentos conhecidos por todas as pessoas porque a nossa ideia de “combate” à segregação racial e de gênero reivindica uma agenda que compartilhe dia e hora quando uma democracia participativa e representativa será estendida para toda a população brasileira, tal qual lemos na Constituição Federativa da República, conquistada há 36 anos.

Tomamos as políticas públicas por programas desenhados, implementados e monitorados pelo Estado Democrático de Direito, com o objetivo prioritário de preservar o acordo societário firmado entre o conjunto de pessoas brasileiras, bem como aquelas não brasileiras assentadas em nosso território.

Antecipadamente, compartilhamos a certeza de que quaisquer dos “valores supremos” listados pela nossa Carta Magna dependem da noção de igualdade de oportunidades porque as reivindicações de grupos socialmente minoritários dependem do reconhecimento da nossa história, dos acordos oficiosos assinados portas cerradas e, de modo prioritário e urgente, de estratégias de enfrentamento das violências que são também múltiplas.

As entregas da Comissão de Combate às Desigualdades em 2026 consolidam os eixos de raça, gênero, território e transição demográfica como indissociáveis na reconstrução do país. Alinhadas às diretrizes transversais dos Pilares de Projeto de Nação do CDESS, essas ações traduzem equidade étnico-racial, de gênero, LGBTQIAP+ e para pessoas com deficiência, enfrentamento das desigualdades territoriais, transição demográfica, soberania e desconcentração de renda em prática concreta e sistêmica.

Rompendo com a lógica fragmentada da gestão pública, a CCD reafirma o papel do CDESS como espaço de construção de sentido nacional: um lugar onde democracia substantiva, desenvolvimento sustentável e valorização do trabalho se encontram para garantir que a estabilidade se combine com ousadia e a responsabilidade fiscal com a responsabilidade social.

Assim, raça, gênero, território e longevidade deixam de ser pautas setoriais e passam a estruturar um Projeto de Nação em que desenvolvimento só tem sentido quando é para todos, e quando quem abre e limpa as cidades também decide seus algoritmos, suas políticas e seu orçamento.

Ficha técnica

Coordenadora da CCD:

Rosângela Hilário

Grupo Coordenador:

Alcielle dos Santos; Ana Fontes; Caio Magri; Camila Moradia; Christian Tadeu; Handemba Santos; João Domingos; Josana Lima; José Vicente; Mônica Veloso; Nilza Valéria; Paola Carvalho; Rodrigo Fernandes Afonso (Kiko); Rosa Negra; Simone Gomes; e Viviana Santiago.

Conselheiros Inscritos:

Adilson Araújo, Alcielle dos Santos, Alessandro Sorriso, Altair Vilar, Ana Fontes, Ana Inoue, Antonio Carlos dos Santos (Vovô do Ilê Ayiê), Ayala Ferreira, Bela Gil, Benilda Brito, Berenice Gomes da Silva, Bianca Borges, Binho Marques, Bruna Benevides, Caetano Scannavino, Caio Magri, Camila Moradia, Carolina Ricardo, Celso Kleber, Christian Tadeu, Claudia Maciel, Cleide Alves, Clemente Ganz Lúcio, Dira Paes, Dirlene Silva, Dona Gi Carvalho, Elaine Nascimento, Elisa Wandelli, Fausto Filho, Fayda Belo, Fernanda Garibaldi, Fernanda Ribeiro, Fernando Guimarães, Francisco Dal Chiavon, Geyze Diniz, Gilmar Pereira, Glória Guimarães, Handemba Santos, Heleno Araújo, Jeovani Salomão, Joana Célia dos Passos, João Carlos Nogueira, João Domingos, Josana Lima, José Reginaldo Inácio, José Vicente, Julia Barreto, Kalyne Lima, Leonildo Monteiro, Ligia Moreiras, Lilia Moritz Schwarcz, Linda Rosa, Luana Génot, Luana Pretto, Luciana Leite, Luiza Helena Trajano, Marcele Oliveira, Marcelo Tragtenberg, Maria Auxiliadora dos Santos, Maria Luiza Alencar Feitosa, Maria Paula Dallari Bucci, Mariana Luz, Marlova Noletto, Matheus Silva, Miriam Nobre, Moacyr Auersvald, Mônica Veloso, Nelson Luiz Krupinski, Nilza Valéria, Nina da Hora, Paola Carvalho, Patrícia Audi, Penildon Filho, Philip Yang, Reinaldo Bulgarelli, Renato Meirelles, Renê Silva, Ricardo Henriques, Robson Sebastian Formica, Rodrigo Fernandes Afonso (Kiko), Rodrigo Sabatini, Rogerio Sottilli, Rosa Negra, Simone Gomes, Tâmis Parron, Tania Bacelar de Araújo, Tatiane Costa, Toni Reis, Viviana Santiago, Wania Sant'Anna e Wilson Ramos Filho (Xixo).